

**A (FALTA DE) ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NO JORNALISMO DIGITAL:
PROBLEMATIZAÇÕES PARA REPENSAR A PRÁTICA E O ENSINO**

Felipe Collar Berni¹

Victor Andrei da Silva²

RESUMO

O artigo apresenta reflexões que sinalizam para a falta de acessibilidade comunicativa para pessoas com deficiência inter-relacionarem-se com conteúdo jornalísticos na ambiência digital. Como pressuposto teórico, aciona o direito humano à comunicação e à função social delegada ao jornalismo de situar a vivência cotidiana. De maneira propositiva, reforça a compreensão da inserção da acessibilidade como característica que configura o jornalismo digital. Por fim, destaca a urgência de se pensar no ensino da acessibilidade comunicativa para romper com rotinas produtivas, processos e produtos jornalísticos deficientes.

Palavras-chave: acessibilidade comunicativa; jornalismo digital; pessoa com deficiência; ensino de jornalismo.

ABSTRACT

The article presents reflections that point to the lack of communicative accessibility for people with disabilities to interact with journalistic content in the digital environment. As a theoretical assumption, it activates the human right to communication and the social function delegated to journalism of situating everyday experience. In a purposeful way, it reinforces the understanding of the insertion of accessibility as a characteristic that configures digital journalism. Finally, it highlights the urgency of thinking about teaching communicative accessibility to break with deficient productive routines, processes and journalistic products.

Keywords: communicative accessibility; digital journalism; person with a disability; teaching journalism.

¹ Acadêmico do curso de graduação em Jornalismo do Centro Universitário Metropolitano de Maringá.

² Docente orientador.

INTRODUÇÃO

Experenciamos um jornalismo digital deficiente. Ao repercutir essa afirmação, reivindicamos compreender a deficiência a partir do modelo biopsicossocial, sinalizando para um deslocamento do modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural. Com essa lente, analisamos a deficiência como *interação* entre pessoas e barreiras estruturais, comportamentais e culturais que impedem a participação plena daquele(a) sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões. O Relatório Mundial sobre a Deficiência¹, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2011, destaca os fatores ambientais na experiência e extensão da deficiência, que criam obstruções à participação e inclusão. Ao tensionar o Jornalismo como uma ambiência social, temos a oportunidade de (re)pensar seu modelo, ofício e ensino, almejando torná-lo um espaço acessível para a inter-relação autônoma de milhões de cidadãos.

Quando observamos a quantidade de pessoas com deficiência (PCD) no mundo, a estimativa da OMS supera a casa do bilhão. No Brasil, o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, aferiu que aproximadamente 24% da população brasileira possui algum tipo ou grau de deficiência, ou seja, 46 milhões². Temos, deste modo, um montante populacional que configura as PCD como uma das maiores minorias sociais do planeta. Quando posicionamos a comunicação na qualidade de direito humano (Guareschi, 2013) e o jornalismo, a partir de seus contratos sociais, como instituição responsável por orientar e situar o cidadão na concretude do cotidiano, reivindicamos que as produções jornalísticas garantam que todos os públicos – sem distinção de qualquer natureza – possam se inter-relacionar com seus conteúdos de forma autônoma, ou seja, sem depender do intermédio de terceiros.

Essa necessidade por autonomia não pode ser encarada como utopia pelo campo e pelas instituições de comunicação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência³ (Brasil, 2015) assegura o

¹ Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf Acesso em 25 nov. 2023.

² Até o momento de redação final do trabalho, ainda não haviam sido disponibilizados os dados sobre PCD do último Censo realizado em 2022

³ A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, art. 1º).

direito à acessibilidade, dentre outros fatores, para projetos de comunicação e informação; inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação (TICs). É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet, da mesma forma que impõem aos serviços de radiodifusão, áudio e audiovisual a necessidade de permitir o uso de recursos de alcance e inteligibilidade de forma autônoma. Ao falar de acessibilidade, torna-se oportuno caracterizá-la: neste esforço, entendemos a acessibilidade comunicativa como recursos, estratégias, práticas, processos, métodos de linguagem e comunicação – Audiodescrição, Legendas, LIBRAS, Braille, por exemplo – que maximizem a autonomia, mobilidade e qualidade de vida de pessoas com deficiência, rompendo com as barreiras informativas que os impedem, independentemente de qual seja sua deficiência, de consumirem os conteúdos midiáticos e comunicacionais de forma livre e autônoma.

Dado esse panorama, nosso esforço mobiliza dois objetivos: primeiro, compreender as pessoas com deficiência como público do jornalismo, sinalizando suas demandas frente ao modelo de jornalismo hegemônico que se apresenta na contemporaneidade; e, também, tensionar a falta de recursos e práticas de acessibilidade comunicativa, de maneira particular, no jornalismo digital, que acabam por ferir, portanto, o direito humano à comunicação desses sujeitos que têm características que precisam ser assistidos para que usufruam e exercitem sua cidadania.

Para dar conta do proposto, alguns movimentos foram necessários. Primeiro, repercutir e problematizar a necessidade de compreender a acessibilidade comunicativa como uma das características que deveria constituir o exercício do jornalismo digital (Canavilhas, 2014; Bonito, 2016; Bonito; Santos, 2020), contribuindo para uma (auto)reflexão do campo acadêmico e profissional sobre como o próprio jornalismo é deficiente. De maneira entrelaçada, mapeamos a forma com que o debate da acessibilidade comunicativa para o jornalismo digital vem sendo fomentado no campo da comunicação. Para isso, iniciou-se um levantamento nos principais catálogos e acervos de produção científica do Brasil, buscando entender como – e a partir de quais lentes – estão sendo percebidas e levadas em consideração as particularidades das pessoas com deficiência nas inter-relações com os produtos jornalísticos na web, bem como de que maneira o jornalismo digital vem produzindo e experimentando conteúdos acessíveis.

Em esforços reflexivos e colaborativos ao jornalismo, é possível observar sinalizações que repercutem também uma deficiência estrutural nos modelos curriculares que sustentam a

formação do profissional jornalista (Sousa, 2014; Bonito, 2016; Bonito; Santos, 2020). Podemos tanto travar o debate a partir do modelo de negócio que envolve o jornalismo na contemporaneidade, quanto de um vazio nas Escolas de Jornalismo, que não estimulam uma reflexão crítica e propositiva, tampouco o manuseio das ferramentas de acessibilidade comunicativa nos produtos jornalísticos. Lacuna esta que reverbera nas redações jornalísticas (Beilfuss, 2016): seja por meio do desconhecimento dos recursos, passando pela justificativa da pouca familiaridade no seu exercício e chegando até mesmo num descarte das PCD no consumo das produções.

Almejamos, com tudo isso, contribuir na compreensão das pessoas com deficiência como *sujeitos comunicantes* que se inter-relacionam com o jornalismo digital, observando obstáculos que impedem o exercício da sua cidadania comunicativa e a construção de um referencial que ajude a refletir as deficiências do ensino e do exercício jornalístico; sendo propositivo seu fortalecimento, renovação, aderência e pertinência social.

“A CEGA SOU EU, MAS É A SOCIEDADE QUE NÃO ME ENXERGA”: RECONHECENDO PCDS COMO PÚBLICO JORNALÍSTICO

Ao reportar a expressão que a *influencer* Nathalia Santos utilizou em seu Instagram para marcar o Dia da Pessoa com Deficiência Visual⁴, denunciando o sentimento de não se ver “representada, pertencendo e participando ativamente em quase lugar nenhum” e exigindo respeito e consideração para sua humanidade e escolhas, enquanto comunicadores, devemos olhar para as estruturas que sustentam o jornalismo, que tem por ofício mais genuíno fazer com que os fatos passem a ser vistos, levados em consideração e discutidos na esfera social do cotidiano. Problematizar o quanto o atual *modus operandi* jornalístico contribui para que tantas outras *Nathalias* vivam na invisibilidade informacional, social, política e cidadã.

O exercício de considerar as pessoas com deficiência como público jornalístico passa necessariamente por reconhecer que o jornalismo não produz para esses sujeitos(as). Isto é, não garante que as particularidades das PCDs sejam assistidas e que seu direito humano à informação e à comunicação sejam alcançados. Perceba que há uma quebra no contrato social

⁴ Celebrado em 13 de dezembro de 2021. Já Nathalia Santos em suas redes sociais se define como jornalista, palestrante, cega e mãe. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXcMdQMrt0W/> Acesso em: 13 nov. 2023.

entre o jornalismo e essa parcela significativa da sociedade, ocasionando não só rupturas em suas mútuas inter-relações, mas reverberando em outras instâncias que constituem a esfera da vida comum. A partir do entendimento e defesa do jornalismo como instituição legítima no ordenamento e construção social da realidade, como forma de conhecimento público capaz de fazer com que os acontecimentos passem a existir na consciência das pessoas, não se deve negligenciar os pormenores de um grupo que constitui $\frac{1}{4}$ da população brasileira. Por ser uma instituição mediadora, o jornalismo se entrelaça com diversas outras que edificam o espaço social, logo, os problemas do campo do jornalismo não são apenas obstáculos internos, mas sim de toda uma sociedade, conforme atesta o Relatório McBride, “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (Unesco, 1983, p. 287).

Ao privilegiar entrar nas nuances constitutivas da acessibilidade comunicativa no jornalismo digital, sinalizamos a problemática envolvendo o direito humano à comunicação. Esse movimento é fruto de uma postura científica em reafirmar o alicerce da discussão, rechaçando os dizeres que a consideram como uma compreensão já dada, por considerarmos de que não é visto que caso fosse e o jornalismo garantisse que, sem distinção, todos os cidadãos pudessem consumir seus produtos de forma autônoma, poderíamos somar esforços para repensar e superar o modelo de negócio hegemônico-capitalista no qual muitos pesquisadores concentram toda sua carreira. Como o campo ainda não encontrou uma saída, seguimos nos esforçando para que, mesmo dentro dessa estrutura, possamos garantir que as pessoas com deficiência possam ter algum tipo de participação.

De forma breve, podemos mobilizar compreensões que nos ajudam a refletir sobre o direito humano à comunicação. Existem leituras que sinalizam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, como a gênese da materialização da comunicação como direito: “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, artigo XIX). Pedrinho Guareschi compreende que todos os demais direitos possuem origem na dimensão comunicativa do sujeito(a), “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser” (2013, p. 176). Com essa lente, entendemos que o direito humano à comunicação extrapola a simples participação, avança na capacidade de criar,

reformular e influenciar espaços de liberdade, autonomia, cultura etc., componentes intrínsecos ao exercício da cidadania. Assim, é possível compreender que a relação entre direitos humanos e comunicação se concretiza com a participação de todas e todos no processo comunicativo, carregando consigo as lutas em prol da dignidade humana. Está aí uma particularidade desse direito: seu caráter emancipador.

Reivindicamos que, para observar as pessoas com deficiência nas suas inter-relações com os *médios* e as posicionar como público jornalístico, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas, positivistas e funcionalistas que negligenciam ou minimizam os usos, levando em conta apropriações e ressignificações que estes fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da “recepção”. Reconhecemos que esses momentos não são ordenados ou neutros, pelo contrário, são múltiplos: apresentam conflitos, contradições e complexidades, sendo atravessados por diferentes mediações socioculturais que potencializam a singularidade deste processo. Assumimos, portanto, as PCD como sujeitas comunicantes, ou seja, “*peças em comunicação*, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (Maldonado, 2013, p. 90, grifos do autor). Compreendê-los, pois, como *sujeitos(as) comunicantes com deficiência* nos aproxima da cidadania comunicativa e da constante luta para seu exercício.

Comungamos do entendimento do jornalismo como um direito essencial para a conquista, exercício e manutenção da cidadania. A cidadania não é um conceito universal, mas sim um conceito em disputa, o qual cada período histórico e visões políticas vislumbram de uma maneira. María Cristina Mata o articula como participação e intervenção no espaço público, influenciando a apropriação de direitos e possibilidades, ou seja, “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (Mata, 2006, p. 08). Assim, a experiência cidadã não se resume apenas ao exercício dos deveres e direitos numa relação indivíduo-Estado, mas abrange todo um modo de participação e intervenção no espaço público e *digital*. Desta forma, quando buscamos a historicidade dos direitos humanos, essas perspectivas apontam para a geração que constitui o direito à comunicação e tem reiterado a necessidade de *participação* no processo comunicacional como forma de constituir espaços potencializadores da liberdade e da autonomia. Chegamos no cerne da questão envolvendo a *cidadania comunicativa*, na qual Mata (2006, p. 13) define como “la capacidad de ser sujeto de

derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho”, ou seja, caracteriza a mídia como um espaço de visibilidade e produção de direitos e deveres, conseqüentemente, a necessidade do cidadão em ocupar, participar e influenciar esses espaços, instigando a agenda de discussão e a construção de conotações valorativas. É uma forma de ampliação da capacidade de intervenção e de ação das múltiplas naturezas sociais, sejam elas de caráter político, cultural ou comunicacional; fato que interliga a comunicação à cidadania, pois a partir da comunicação se conhece a opinião e a expressão do indivíduo, levando-o a participação sem restrição na vida social. Nesse sentido, entende-se a cidadania comunicativa como elemento imprescindível para a existência de uma sociedade democrática e de cidadãos livres.

Reconhecer a comunicação como direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania torna-se força propulsora para avançar na discussão desse entendimento, levando em consideração as especificidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, entende-se “a Cidadania Comunicativa como um “espaço” em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo” (Bonito, 2016, p. 188). Nessa perspectiva, *a acessibilidade comunicativa* se apresenta capaz de contribuir para problematizarmos a inter-relação das pessoas com deficiência não só com o jornalismo digital, mas com os *medios* como um todo. Inter-relações que se apresentam de formas multidimensionais, mobilizando e entrelaçando dimensões culturais, políticas, sociais e, sobretudo, comunicacionais.

Ao falar de *acessibilidade comunicativa* e, conseqüentemente, da falta dela no jornalismo, nos deparamos com um embrolho: ao olhar para as redações vemos profissionais que não praticam, quiçá nem mesmo saibam do que se trata (Beilfuss, 2016); ao deslocar o olhar para os espaços formativos dos jornalistas, encontramos um campo que pouco ou quase nada privilegia o debate em relação à mídia e à deficiência e a relação de causa-efeito que negligenciam a discussão. Nesse contexto, como enxergar *Nathalias*?

A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA COMO CARACTERÍSTICA DO JORNALISMO DIGITAL

Para caracterizar uma nova face do jornalismo, é corriqueiro que se busque demarcar aquilo que o torna singular. Com o jornalismo digital não foi diferente. Canavilhas (2014), por exemplo, sintetiza sete particularidades que distinguem o jornalismo que se faz na Web dos que se fazem em outros meios: multimídia, interatividade, hipertextualidade, instantaneidade, personalização, ubiquidade e memória. Há, nessa processualidade, um entrelaçamento de distintas nuances sociais que atravessam, também, o fazer jornalístico: a internet, a digitalização, o hibridismo, a plataformação, os algoritmos, a convergência tecnológica etc. O impacto dessas transformações no exercício jornalístico é observado por Salaverría (2019) em sua multidimensionalidade, extrapolando o aspecto tecnológico e reorganizando os modos de gestão, financiamento, produção, acesso e participação. Situadas no modelo hegemônico-cultural-capitalista, as transformações e inovações sofridas pelo jornalismo buscam a manutenção do lucro e do poder, ficam longe de ser articuladas almejando suprir as inúmeras lacunas existentes, dentre elas a da falta de acessibilidade para pessoas com deficiência. Inovação no jornalismo também é pensar nas pessoas com deficiência. Eis o esforço de ativistas, professores e pesquisadores em viabilizar a acessibilidade comunicativa enquanto status de característica basilar do jornalismo digital. Antes de assumir a problematização da acessibilidade comunicativa como característica do jornalismo digital, provocados por Bonito (2016), reportamos o esforço de qualificar o conceito de *acessibilidade comunicativa*.

Buscando a etimologia da palavra *acessibilidade* observamos sua origem do Latim *accessus*, que compreende “aproximação, chegada”, ou seja, atributo daquilo que é fácil de acessar, facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu art. 3º-I, define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia” de diferentes estruturas sociais, tais como urbanismo, transporte e informação. Nas especificidades da Web, Ferraz (2020), mobiliza a definição do W3C⁵ em relação a Web acessível, na compreensão que os espaços digitais: “são projetados e desenvolvidos para que pessoas com deficiências possam usá-los. Mais especificamente, as pessoas podem: a) perceber, entender, navegar e interagir com a Web; b) contribuir para a web”⁶. Observamos, portanto, que o conceito alcança uma ambiência digital acessível para todos, desde o acesso ao dispositivo de conexão, sua usabilidade, compreensão

⁵ Consórcio internacional que desenvolve padrões para Web.

⁶ Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/fundamentals/accessibility-intro/> Acesso em: 1º dez. 2023.

e interação entre usuários, sempre de forma autônoma. Ao imbricar o conceito às preocupações e particularidades do campo da comunicação, somos compelidos a discutir as inter-relações das PCD com os produtos comunicacionais.

Podemos compreender a acessibilidade a partir de duas entradas: a comunicacional e a comunicativa; sendo esta última a que verdadeiramente nos interessa por sua qualificação e potência. A acessibilidade comunicacional tem caráter pedagógico, de transmissão de informações, sendo fundada com o acesso do sujeito ao conteúdo. Já a acessibilidade comunicativa vai além, se preocupa com a produção de sentidos durante o processo de adaptabilidade e, conseqüentemente, de recepção. Observamos a acessibilidade além da simples transformação do conteúdo a partir de uma determinada ferramenta ou recurso de acesso, pensada a partir dos conteúdos e discursos. Por exemplo, na Audiodescrição de uma produção jornalística audiovisual, a trilha sonora acompanha a imagem e assume centralidade naquela narrativa: nessa lógica, a acessibilidade comunicativa não apenas sinaliza que há um determinado efeito sonoro reverberando, mas preocupa-se em apresentar as especificidades, os sentidos e significados que são aflorados e mobilizados para que a tradução seja contemplada. Assim, podemos compreender a “Acessibilidade Comunicativa como um recurso de linguagem que, de maneira técnica, substitui a barreira informativa que impede o acesso das pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva e/ou cognitiva) aos conteúdos” (Bonito; Santos, 2020, p. 36).

Temos uma gama de recursos e técnicas que sustentam a prática da acessibilidade nos mais diferentes produtos jornalísticos e comunicacionais: a já citada Audiodescrição para produtos audiovisuais; o intérprete de Libras para tradução de conteúdos sonoros; o sistema Braille para textos e imagens impressas; a Dublagem como recurso audiovisual; o *Closed caption*, legenda automática para produtos audiovisuais, populares na televisão; e mais particularmente as produções digitais e de telas, a Legenda oculta para descrição de imagens e fotos; o Contraste de cores; e a Ampliação de textos para leituras; quando empregados, de forma individual ou articuladas de forma conjunta, garantem a participação autônoma dos sujeitos(as) comunicantes com deficiência do processo comunicativo, que, por sua vez, exercem o direito humano à comunicação. Quando olhamos essa problemática desde o jornalismo, recuperamos o entendimento da função social nobre que sustenta e dá sentido à profissão, a tessitura da informação em conhecimento, rompendo com as objeções comunicativas que isolam uma parte

dos cidadãos daquele conhecimento gerado. A analogia com o tecer em detrimento do construir conhecimento, manuseando a informação, evoca da artesanaria de noções, saberes e práticas de cuidado, atenção e respeito para com as demandas de um público; rechaçando um modelo industrial-hegemônico-capitalista, que exclui as pessoas com deficiência a partir do argumento da dificuldade em produzir conteúdos particulares para esse público.

Todo esse contexto preambular dá sustentação para refletirmos sobre as contribuições que a *acessibilidade comunicativa* apresenta para a prática do webjornalismo, reconhecendo a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência. Ao reiterarmos a acessibilidade como característica do jornalismo digital, não praticamos retórica, tampouco vislumbramos que sua simples adoção teórica será capaz de reformular as rotinas produtivas vigentes que negligenciam as demandas das PCD. Mas, esse esforço, como atesta Bonito (2016, p. 191), “contribuirá para a problematização e crítica da questão nos diversos âmbitos, sejam estes acadêmicos ou nas redações jornalísticas”. Está aí uma chave de leitura central que pode sinalizar caminhos para reformular as estruturas deficientes do webjornalismo: um entrelaçamento entre a academia e as redações.

É importante demarcar que, assim como em outros espaços, na ambiência digital as deficiências não podem ser compreendidas de maneira única, visto que demandam recursos específicos, por exemplo, para navegar na internet de forma autônoma, pessoas com deficiência visual utilizam-se de leitores de tela⁷, já pessoas com deficiência auditiva, majoritariamente utilizam de tradutores de Libras e legendas. Perceba que o conceito da acessibilidade comunicativa engloba demandas particulares como essas, leva em consideração as dimensões operativas desses recursos e sinaliza nuances que vão perpassar todas essas práticas, calcadas na cidadania comunicativa para o exercício do direito à comunicação das pessoas com deficiência.

Ao olhar para a deficiência de outros meios e tecnologias de comunicação, podemos deduzir que a realidade na internet não seja diferente. Quem atesta é o *Movimento Web para*

⁷ Interfaces que ecoam, através de um sintetizador de voz, todas as rotinas, especialmente as informações apresentadas textualmente, feitas no computador ou no smartphone.

*Todos*⁸, a partir dos resultados da terceira edição do estudo *Acessibilidade na web brasileira*⁹. De 16,89 milhões de sites ativos no país, apenas 0,89% são acessíveis. Nesse contexto, vale lembrar, se inserem os portais de jornalismo.

Observando as demandas das pessoas com deficiência visual, a principal barreira enfrentada por esses sujeitos(as) no webjornalismo e da ambiência digital é a falta de descrições de imagem. Isso porque os programas de leitura de tela reproduzem, verbalmente, todas as informações textuais, mas as particularidades de uma imagem se perdem. Há um ruído comum quando se apresenta essas demandas na prática jornalística, especialmente numa confusão sobre legenda jornalística e descrição de imagem. Enquanto a primeira busca complementar informacionalmente aquela produção, a Audiodescrição traduz em palavras o que está na imagem.

Karina Segatto (2015), ao buscar compreender o modo como o webjornalismo da América do Sul manuseia os recursos de acessibilidade, visualiza o potencial para a promoção de uma inter-relação autônoma entre usuário e veículos, especialmente levando em consideração o contexto de convergência, hibridismo e multimídia que o jornalismo se depara no digital, a utilização de recursos não ocorre. Uma das leituras que sobressaem nesse aspecto, diz respeito ao modelo de negócio do jornalismo. Para tornar-se acessíveis, os portais demandariam qualificar seu pessoal, seja na contratação de profissionais específicos para realizarem a “adaptação”¹⁰ do conteúdo jornalístico para os recursos de acessibilidade ou capacitar os próprios editores, jornalistas, designers para tal ofício. Posicionar a acessibilidade como princípio requer investimento que, majoritariamente, é entendido como gasto e não como possibilidade para o fortalecimento do jornalismo, aumento da audiência e o sentimento de exercitar de forma digna a função social confiada ao jornalismo. Outro modo de entender a problemática, mas que também se entrelaça ao modelo de negócio, é a formação acadêmica desses trabalhadores. Leticia Beilfuss (2016), ao investigar o Grupo RBS¹¹ e se deparar com

⁸ Idealizado em 2017 em parceria com o W3C Brasil, é uma organização atuante pela causa da acessibilidade digital para pessoas com deficiência. Disponível em: <https://mwpt.com.br/> Acesso em: 12 nov. 2023.

⁹ Realizado em 2021, em parceria com o *BigDataCorp*. Disponível em: <https://bigdatacorp.com.br/estudo-acessibilidade-em-sites-e-apps-brasileiros-ed-2021/> Acesso em: 12 fev. 2023.

¹⁰ A acessibilidade comunicativa não reivindica adaptações do conteúdo para o consumo de pessoas com deficiência, antes defende que essas práticas sejam introduzidas e pensadas desde o planejamento dos conteúdos. Construindo, assim, produtos pelo viés do Desenho Universal, ou seja, sem barreiras de acesso.

¹¹ Maior empresa de comunicação do estado do Rio Grande do Sul.

um jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa nas práticas cotidianas, identifica elementos mobilizados para “justificar” a falta de acessibilidade. O desconhecimento do tema levou a maioria dos profissionais a associar a palavra “acessibilidade” com reportagens que tratavam de PCDs como personagens das matérias. Houve relatos em relação à falta de preparação profissional para trabalhar com produção de conteúdo acessível no jornalismo, revelando uma não-política de acessibilidade dentro da empresa e, conseqüentemente, quando perguntados sobre os recursos de acessibilidade estes não demonstraram conhecer e pensar sobre as práticas. Como desdobramento, constataram que o Grupo nunca realizou uma pesquisa sobre PCDs como usuários do site ou do aplicativo para smartphones e *tablets* da RBS. Esse caso potencializa a compreensão de uma exclusão/descarte das pessoas com deficiência do processo jornalístico. Ao privilegiar ouvintes e videntes, os webjornais denotam que pessoas com deficiência não são seus públicos.

Aplicar a acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital garante a ação do campo da comunicação. O desconhecimento dos recursos por parte dos profissionais requer e provoca observarmos criticamente os currículos que nossas Escolas oferecem para seus estudantes. Há um efeito dominó, a ausência do debate em relação às pessoas com deficiência como sujeitos(as) comunicantes na Universidade reverbera nas redações, que produzem conteúdos inacessíveis, levando à pobreza informacional de uma parcela de cidadãos e, por conseguinte, à falta da informação como conhecimento e poder, as relações sociais se fragilizam, tiram as PCD do debate, descartam suas opiniões e demandas do debate público, contribuindo com a crise jornalística, social e política.

Murilo Soares (2012) tensiona a necessidade social da informação, posicionando-a como um direito-meio que tem o potencial de proporcionar, a partir de escolhas e julgamentos de forma autônoma pelo sujeito, o acesso aos demais direitos, bem como a organicidade do dia a dia. Queremos aqui chegar a uma reflexão, exponencializado a problemática, é fato, mas que não deixa de ser um fator influenciador dessa sociedade da pós-verdade que experienciamos. O jornalismo, ao descartar as pessoas com deficiência de suas audiências, está diretamente forçando esses sujeitos a buscar sanar suas necessidades informacionais em outras instâncias, que, por sua vez, não possuem os compromissos ontológicos que marcam o exercício jornalístico e sua função. Não que esses ambientes “não-jornalísticos” garantam acessibilidade, tampouco defendemos que estes façam isso. Mas apontamos para uma equivalência entre os

portais de jornalismo e de desinformação a partir de um elemento prévio, aí retomando a acessibilidade como acesso e entrada.

Para além de apontar a fragilidade das empresas jornalísticas e o descumprimento de leis que garantam a acessibilidade de PCD, fazemos um esforço final para refletir desde dentro, dos espaços acadêmicos e científicos. Uma autocrítica é necessária e discutir compromissos de saída se revela urgente.

ESCOLAS DE COMUNICAÇÃO DEFICIENTES: UM CHAMADO EM DEFESA DO JORNALISMO E DA CIDADANIA

Reportando aos achados da pesquisa de Leticia Beilfuss (2016), temos que a falta de acessibilidade comunicativa na RBS está, também, intrinsecamente ligada à ignorância dos profissionais em relação às demandas das pessoas com deficiência, ou seja, uma formação acadêmica deficiente que não prepara, tampouco estimula uma reflexão que revela a necessidade de garantir o direito humano à comunicação, de cumprir a Lei nº 13146/2015 (Brasil, 2015) e, sobretudo, de exercer o jornalismo na sua essência, como regem seus códigos deontológicos.

A acessibilidade comunicativa como característica do jornalismo digital compreende suprir exatamente tal lacuna, posicionando essa reflexão desde os debates basilares do fazer jornalístico na web. Está aí uma entrada capaz de, mesmo que de forma tímida, avançar a produção de conteúdos acessíveis: adotar o debate da acessibilidade a partir da especificidade de cada uma das disciplinas formativas, até que alcancemos a consolidação do debate e exercício da acessibilidade comunicativa como componente de matriz curricular para as graduações em Comunicação Social.

Faz falta um dado materializado que revele em quantas Instituições de Ensino Superior a relação Comunicação e Acessibilidade é apresentada nas Propostas Pedagógicas Curriculares. Essa ausência corrobora com a compreensão de que o campo tem uma postura desatenta e desinteressada com essa prática. Em estudos que buscaram tensionar as estruturas curriculares na formação do jornalista (Antonioli, 2018; Bernardo; Leão, 2012), embora com diferentes objetivos, é possível notar uma semelhança: não se encontra menção a expressões¹² que

¹² Aqui, buscadas a partir das palavras-chave: acessibilidade, inclusão, deficiência.

sinalizam para a acessibilidade comunicativa dentro dessa estrutura pedagógica. Temos, indiretamente, um dado que potencializa o sentimento da ausência de espaços na formação dos jornalistas que repercutem, debatem e operacionalizam os recursos e práticas de acessibilidade.

Esse debate não assume características retóricas, antes deve ser assumido numa autocrítica das Escolas de Comunicação e colocado em prática. Diante da burocracia universitária, quais esforços podem ser empreendidos para transformar essa realidade? Construir disciplinas eletivas? Reformular o currículo? Promover palestras e oficinas que repercutem o debate? Organizar grupos de estudos e pesquisa?¹³ Fato é que os futuros profissionais precisam estar qualificados para exercer de forma digna a profissão. Joana Belarmino de Sousa (2014), quando debate acessibilidade para sujeitos com deficiência visual, sinaliza para a necessidade de sua incorporação à formação universitária dos jornalistas, para assim darmos condições para que os profissionais corrijam as rotinas produtivas deficientes, construindo conteúdos sem barreiras de acessibilidade.

Todo esse debate é travado em um contexto de crises no jornalismo, crise de representatividade, legitimidade, financeira e de qualificação. É justamente nessa ambiência que o jornalismo precisa reafirmar seu compromisso social e democrático. Enquanto muitos buscam construir soluções para eventuais problemas contemporâneos, o campo carece de experiências de ensino, prática e pesquisa que busquem fortalecer a problemática elementar: garantir que cidadãos tenham acesso ao jornalismo. Possibilitar que uma parcela da população usufrua do serviço jornalístico, fortalece não só o próprio jornalismo, como a dinâmica social, a partir de uma cidadania plena.

Falta pessoal para alargar as pesquisas envolvendo mídia e deficiência (Ellcessor; Hagood; Kirkpatrick, 2021). Por exemplo, consultando os acervos dos periódicos qualificados como a na última avaliação da CAPES¹⁴, a partir das palavras-chave *acessibilidade*, *deficiência* e *pessoas com deficiência*, temos escassos dois artigos que permeiam o debate pessoa com deficiência e jornalismo digital: um que retrata a audiência surda no webtelejornalismo do jornal paraibano Primeira Mão (Santos; Souza; Leal Neto, 2021) e outro que repercute como a

¹³ Em relação às pesquisas envolvendo comunicação e pessoas com deficiência, é importante sinalizar para o protagonismo dos grupos *GJAC* (UFPB), *Afetos* (UFMG), *Processocom* (UNISINOS), *t3xto* (UNIPAMPA) e *Linguagem e Mídia Acessível* (UNESP) na interface mídia e deficiência.

¹⁴ A1: Matrizes; A2: Galáxias; ECO-PÓS; Contracampo; FAMECOS; Parágrafo; ECOMPOS; INTERCOM; LUMINA; A3: Intexto; Animus; Comunicação, mídia e consumo; Contemporânea; A4: Libero; EJM; Tropos; Conexão; Logos; EPTIC; Comunicação e Informação.

mídia online no Brasil e em Portugal retratam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Pequim 2008, sinalizando para um endeusamento dos atletas olímpicos em relação à perpetuação de estigmas dos paratletas (Figueiredo; Novais, 2010). É fato que outros textos retratam as PCD e os meios de comunicação nesses periódicos, mas o baixo volume daqueles que se interessam pelo webjornalismo ajudam a dimensionar a pertinência e urgência de novas investigações.

Observamos que muitos dos pesquisadores que se debruçam a investigar as pessoas com deficiência no campo da comunicação o fazem motivados por particularidades pessoais, seja por serem pessoas com deficiência ou, especialmente, pela vivência com PCD no núcleo familiar. Assim, para almejarmos um fortalecimento dos conhecimentos em relação a essa interface, precisamos deslocar as motivações exclusivamente do âmbito do interesse e posicionar como demanda social, tais como tantas outras que se apresentam ao campo. Seja pensando no jornalista nas redações ou em laboratórios de pesquisa, temos que essa consciência é despertada ainda no âmbito da graduação e passa a amadurecer nos ofícios da profissão. Estimular essa formação torna-se um ato de colaboração para a destruição de barreiras que impedem as pessoas com deficiência de experimentarem de forma autônoma o direito humano à comunicação e, conseqüentemente, sua cidadania.

CONCLUSÃO

Ao assumirmos a comunicação como direito humano, que permite o exercício de outras premissas relativas à cidadania, as falhas estruturais na forma como a acessibilidade é trabalhada no campo do Jornalismo ficam explícitas. A incipiência quantitativa de conhecimentos referentes às inter-relações entre PCD e jornalismo, desde as Escolas de Jornalismo até a prática do ofício, traz conseqüências para a superação da problemática.

De tal forma, o conceito de acessibilidade comunicativa não apenas contextualiza o indivíduo, mas também o insere como um todo, sinalizando e reconhecendo as particularidades de cada deficiência e tornando o processo de recepção e interação com a notícia uma experiência completa, capaz de proporcionar à pessoa com deficiência uma participação reflexiva, ativa e cidadã, a partir dos usos que operam nesses estreitamentos com os produtos jornalísticos.

Tornar este conceito parte fundamental das características do webjornalismo e igualá-lo a aspectos expostos por Canavilhas (2014), como a interatividade, é um avanço nas discussões acerca do Jornalismo Digital, no intuito de qualificá-lo e difundi-lo na relação teoria-

prática. Entretanto, a lacuna deixada nos currículos dos cursos de Comunicação com relação às particularidades da experiência das PCDs, torna o processo lento, sendo necessária uma reformulação nas disciplinas teóricas e também práticas, para preparar futuros jornalistas em ação. Logo, trazer a discussão para os espaços de formação dentro dos reflexos de um jornalismo deficiente, com ausência de acessibilidade, almeja, a longo prazo, a consciência, compromisso, capacitação e o cumprimento da legislação nas instituições de comunicação, ressalvas às problemáticas com relação a visão financeira das empresas de jornalismo, que trata o lucro como finalidade principal.

Outro reflexo, fruto das barreiras de acesso que delineiam a comunicação, aponta para o baixo número de jornalistas com deficiência inseridos no mercado de trabalho. Evidente que existem outras nuances sociais que corroboram para tal exclusão, tais como estigma, preconceito, capacitismo. Mas é possível observar que a falta de profissionais que demandam acessibilidade dentro dos espaços jornalísticos potencializa essa realidade de ignorância e desprezo as especificidades desse grupo social. Pela necessária limitação de abordagens para se trabalhar neste artigo, mencionados de maneira breve, mas com o indicativo de que são importantes questões a terem atenção destacada em perspectivas de análises futuras.

A falta de acessibilidade comunicativa no jornalismo digital e, conseqüentemente, a exclusão de cidadãos do processo comunicativo, social e cidadão, aciona um compromisso de todos aqueles que direta ou indiretamente lidam com a imprensa; refletir como suas ações contribuem para a manutenção da pobreza informacional das pessoas com deficiência e assumir a responsabilidade de superação das barreiras que impedem a inter-relação livre e autônoma entre sujeitos e o jornalismo. Para além da garantia do direito à comunicação, o movimento de garantir acessibilidade no webjornalismo contribui para o fortalecimento da credibilidade, pertinência, aderência e referência do Jornalismo no ordenamento da vida social cotidiana. Não se pode almejar um jornalismo forte negando sua presença para os cidadãos. Romper com o jornalismo deficiente exige ação.

REFERÊNCIAS

ANTONIOLI, Maria Elisabete. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 4, n. 15, p. 6, 2018.

BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 1, p. 253-274, 2012.

BONITO, Marco. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. **Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo**, v. 3, n. 1, p. 175-193, 2016.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 10, n. 26, p. 28-39, 2020.

BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 jan. 2022.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

ELLCESSOR, Elizabeth; HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. Rumo a um campo de Estudos de Mídia e Deficiência. **Culturas Midiáticas**, v. 15, p. 32, 2021.

FIGUEIREDO, Tatiane Hilgemberg; NOVAIS, Rui Alexandre. A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. **Logos: Comunicação e Universidade**, v. 17, n. 2, p. 78-89, 2010.

FERRAZ, Reinaldo. **Acessibilidade na web: boas práticas para construir sites e aplicações acessível**. São Paulo: Casa do Código, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013, pp. 87-103.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

SALAVERRÍA, Ramón. Periodismo digital: 25 años de investigación. Artículo de revisión. **Revista El Profesional de la Información**. Vol 28, n.1, 2019.

SANTOS, Iara Alves do; SOUSA, Joana Belarmino de; LEAL NETO, José Primitivo. Webtelejornalismo e acessibilidade: análise de conteúdo do Jornal Primeira Mão a partir de notícias de interesse público e da audiência surda. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, 2021.

SEGATTO, Karina. **Acessibilidade e multimídia no webjornalismo da América do Sul**. 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SOUSA, Joana Belarmino de. Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online **Anais do 5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.